

HOMOSSEXUALIDADE E ESCOLA: em busca do discurso do reconhecimento no cenário da tolerância

Fernando Guimarães Oliveira da Silva
(Mestrando em Educação - UEMS)
José Antonio de Souza (UEMS)

RESUMO: Os discursos acerca da inclusão consideram diversas questões relacionadas à diversidade: as questões étnicas, questões relacionadas à acessibilidade, religiosas, sexuais, entre outras. Objetivamos, assim, empreender reflexões acerca do conteúdo dos enunciados presentes na formação e práticas discursivas sobre a homossexualidade no âmbito social e ideológico, por conseguinte os reflexos nas ações das escolas, considerando que as questões discursivas estão inteiramente vinculadas às questões ideológicas que impõem barreiras à imagem do sujeito homossexual. Vários discursos atravessam, há muito, a constituição da identidade homossexual: o discurso religioso, que considera pecaminosa a relação entre pessoas do mesmo sexo; o discurso da medicina, que há algum tempo considerava homossexuais como doentes. À despeito de todas as políticas públicas, percebe-se, ainda hoje, a permanência de um discurso de tolerância, em detrimento do reconhecimento. A escola, com suas práticas de organização da rotina escolar e do currículo, ainda hoje pode atuar nas consciências dos sujeitos impondo modos de dizer e pensar as questões da sociedade e da sexualidade. Apesar das escolas assumirem um discurso de transformação social e uma visão do sujeito enquanto ator social, percebe-se no âmbito de suas práticas que se (re)produzem certos assujeitamentos simbólico, que reproduzem na formação dos sujeitos uma série de projeções convencionais sobre o sexo.

Palavras-chave: Discurso. Ideologia. Escola. Homossexualidade.

Introdução

Inicia-se este diálogo com a importância que a educação tem dado às questões sociais, principalmente àquelas, que vieram historicamente desestabilizando seu cotidiano, questionando seu papel enquanto um ambiente responsável pela formação do cidadão. Neste diálogo, destacamos a diversidade sexual, enquanto uma questão social que merece um tratamento minucioso, na medida em que tais questões estão infiltradas na dinâmica das escolas, causando, às vezes, até certa desorganização na rotina escolar, além disso, fazem com que os professores se sintam limitados na intervenção educativa relativa a casos que envolvem a diversidade sexual.

Dados de várias fontes de pesquisa intensificam a produção acadêmica sobre o tema da diversidade sexual nas escolas, amparados na

construção de uma ação educativa que contemple a orientação sexual dos estudantes, objetivando a aprendizagem de meios de prevenção de doenças, diminuição de conflitos internos e de violência, bem como agindo na formação para a diversidade dos estudantes sem demonstrar que tal ação seja antiética.

Ilustram estas afirmações pesquisas sobre índices de violências contra sujeitos homossexuais, causando mortes e cenas de ações homofóbicas em qualquer espaço social, o que faz questionarmos o papel da escola na formação de uma resistência promotora do reconhecimento da diversidade enquanto “manifestação variada da natureza”. (AMARAL, 1998).

Neste sentido, visando melhorar este quadro, em particular destacamos a relevância do discurso enquanto construtor das diferenças nas escolas, que nos permite refletir sobre as dificuldades que o mesmo constrói na imposição de um modo coletivizado de dizer, capaz de imbricar percursos escolares, ao passo que os sujeitos formados numa ideologia heterossexualizada da sociedade, aprendem, constantemente, por meio da língua os papéis do sexo masculino e feminino.

Diante disso, para entendermos a criação do discurso é necessário analisarmos os conceitos de linguagem constituída na interação entre os homens. Destacando a linguagem como constituída na atividade humana de interação entre as pessoas, estamos compartilhando um pensamento a partir de uma abordagem epistemológica que adere “à tese de que as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de **socialização**, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos **instrumentos semióticos**”. (BRONCKART, 2012, p. 21, grifos nossos).

Dessa forma, sendo a linguagem como uma ação produzida pela atividade de socialização entre os homens, percebe-se que a escola, como uma organização que se responsabiliza pela formação humana e social veicula na sua proposta pedagógica uma linguagem normatizada por padrões determinados pelos vários instrumentos semióticos considerados hegemônicos na cultura dominante.

A partir de Bakhtin (2006) os significados presentes nesses instrumentos semióticos podem ser evidenciados com base nos signos ideológicos que

compartilham de uma linguagem capaz de propiciar por meio da língua um sistema de manipulação dos modos de ser e estar, transmitindo isso na formação das crianças, ou seja, em seus modos de pensar.

Por sua vez, o discurso é produzido a partir da coletivização da linguagem e da interiorização de certos signos ideológicos. Os sentidos produzidos pela sociedade em relação à homossexualidade contribuíram apenas para que a sociedade, no decorrer de seu desenvolvimento, tentasse encontrar uma causa específica para o surgimento de sujeitos com desejos sexuais considerados "anormais" ou "diferentes", se comparados aos padrões socialmente convencionados.

O conceito de formação discursiva de Foucault (2013) nos faz analisar tal premissa, na medida em que se projetarmos uma linha de raciocínio histórico das trajetórias de sujeitos homossexuais, encontraremos a padronização de um sistema de comunicação que, por muito tempo, reforçaram um discurso religioso sob as expiações do pecado, e por outra fase do período histórico: o discurso excludente criado na medicina psiquiátrica, ora estudando cérebros, ora punindo com a religião, a sociedade permaneceu centrada na construção de um discurso de discriminação e exclusão dos sujeitos homossexuais.

Assim, surgem várias instituições que se empoderam da sexualidade para criar seus estatutos de verdade sobre a convivência entre os sexos, regulando as práticas sexuais e os corpos por meio do discurso, o que para Foucault (2013, p. 47) "se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte a grande proliferação do discurso [...]".

Para compreendermos a escola como um espaço de reprodução das diferenças aborda-se o ambiente escolar, com a análise bourdieusiana desse espaço, como reprodutor dos papéis de gênero por meio "da ordem das coisas", como impositor de um valor externo à realidade dos alunos com os quais promovem o processo de ensino e aprendizagem, principalmente porque na produção do capital relacional no espaço escolar é perceptível uma formação ajustada aos padrões de heterossexualização compulsória.

Do discurso do reconhecimento X aceitação

Enunciar sobre o tema da homossexualidade nos traz diversos sentidos discursivos atribuídos à identidade, principalmente pelo fato de se desviar de uma posição sexual hegemônica e tanto afetada pelo pensamento moral e ideológico predominante. Para compreendermos sobre o discurso é imprescindível destacar a concepção de linguagem que norteia a concepção de discurso aqui analisada.

No decorrer do processo de desenvolvimento dos estudos linguísticos é possível compreender a ânsia que os renomados pesquisadores tiveram em delimitar as influências do pensamento sobre a linguagem, sobretudo os significados existentes ora nos estudos que isolavam a língua como aquém do desenvolvimento do pensamento, ou até mesmo os estudos que se embasavam na verbalização do pensamento por meio da língua.

A linguística atua na investigação dos enunciados verbais provenientes das línguas naturais, sendo assim Pinheiro (2011, p. 281) afirma que a: “língua é um sistema singular de signos verbais realizados histórica e culturalmente.” Nesta perspectiva, a língua, segundo Saussure, se diferencia da fala, na medida em que a fala se apresenta como heterogênea e física, enquanto que a língua é um sistema de códigos culturalmente assimilados por uma determinada comunidade.

A partir dos estudos de Saussure, a língua foi vista como uma estrutura, que por meio da fala “resulta de combinações feitas pelo sujeito falante utilizando o código da língua, expressa-se pelos mecanismos psicofísicos (atos de fonação) necessários à produção dessas combinações”. (PETER, 2012, p. 12)

Ao contrário do pensamento saussuriano, Chomsky compreende que o ser humano tem uma capacidade inata, transmitida geneticamente, de propriedades universais da linguagem. Trabalhando na mesma hipótese de Saussure, ao diferenciar língua de fala, Chomsky diferencia competência de desempenho, refletindo que competência é a capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados linguísticos, e o desempenho é o comportamento linguístico: quando alguém fala algo considerado “errado”,

por exemplo, pressupõe-se que o indivíduo tenha competência, mas não tem desempenho linguístico.

Impulsionada pela crítica aos modelos teóricos desenvolvidos por Chomsky e Saussure, apesar do último discutir o aspecto social da língua, os estudos sociolinguísticos surgiram na década de 60, trazendo a influência da variação e diversidade para os estudos linguísticos. De acordo com Pinheiro (2011): “Para a sociolingüística a variabilidade é a propriedade inerente a cada língua”. Nesse sentido, as classes sociais utilizam da língua a partir das funções que ela exerce no seio de seu grupo, sofrendo variações próprias dos efeitos da sociedade sobre seu grupo. Nos estudos sociolinguísticos destaca-se o papel da atividade social humana como essencial para entendermos a linguagem.

Na dinâmica do desenvolvimento da sociedade, as palavras também estão sujeitas a alterações nos seus significados e, nesse sentido, dado o caráter da relação que a língua estabelece com o pensamento, pode-se afirmar que existe uma mudança constante na relação entre pensamento e palavra. Nos pressupostos bakhtianianos os sujeitos como conscientes e produtores de sentidos utilizam da palavra por se tratar de uma “expressão material do signo ideológico”. (BAKHTIN, 2006, p. 6).

Em relação ao discurso, estas palavras não são apenas dotadas de significados capazes de determinar o modo como pensaremos sobre determinado assunto, mas determinam a maneira como uma sociedade ou uma classe utilizará deste como fator de dominação de conteúdos presentes nas pessoas e nas coisas.

Mesmo Vygostky trazendo conceitos de Piaget para compreensão do discurso interior, o discurso coletivo incide com seus enunciados sobre o discurso interior dos sujeitos, transformando seus modos de pensar e agir. Com efeito, o discurso é “o campo da manipulação consciente e da determinação inconsciente”. (FIORIN, 2005, p. 18). A sociedade por meio do discurso efetiva modelos do que dizer sobre alguns assuntos, principalmente sobre aqueles que distanciam dos padrões determinados por este discurso.

Após apresentarmos esse alicerce acerca de teorias sobre língua, linguagem e discurso nos detemos a compreender a incidência do discurso sobre as determinações da homossexualidade.

Utilizamos para compreender o discurso o conceito foucaultiano de formação discursiva, visto que “contorna unidades tradicionais como teoria, ideologia e ciência, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas”. (FOUCAULT, 2013, p. 153).

De primeira análise destacamos o discurso religioso que atuou sobre os valores morais e éticos da sociedade que compreende o sexo como voltado apenas para reprodução humana. A partir do discurso religioso, a existência do homem e da mulher tem uma função única: a reprodução humana e, assim, a homossexualidade pode ser vista como um pecado, anormalidade ou desvio.

Sob outra perspectiva, ao considerarmos o discurso médico, constatamos em Fry e Macrae (1985, p. 77) que a “medicina exerceu um forte controle social contra a homossexualidade e em favor da heterossexualidade.” Durante séculos, os médicos estudaram cérebros de sujeitos homossexuais, expondo nos resultados de seus estudos que os sujeitos homossexuais tinham cérebros diferentes dos sujeitos heterossexuais.

De acordo com Souza Filho (2009, p. 1), a procura de um causa específica sobre a homossexualidade pairou várias explicações que a partir dos períodos históricos foram assumindo discursos de “[...] vício, pecado, crime, doença, perversão ou como um desvio no desenvolvimento sexual.”.

A sexualidade, apesar de ser explicada sob os fatores do determinismo biológico, é construída socialmente, e como Foucault nos assinala com seus estudos, a sexualidade pode ser desconstruída porque são discursos históricos e culturais. Entretanto, as diversas instituições do Estado são responsáveis por reproduzir um discurso no interior de suas práticas que privilegiam um padrão de sexualidade que acreditam ser normal; Foucault (1984) aponta que os corpos estão inseridos em relações sociais que ditam proibições e obrigações.

Nesta perspectiva, Foucault assinala que o sexo pode ser visto como um dispositivo histórico, uma vez que a sociedade cria um discurso hegemônico, sendo que evolui na compreensão de certos contextos, no entanto constrói formas de permanência do discurso heteronormativo, por meio de um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis,

medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas." (FOUCAULT, 2013, p. 244)

Na concepção de Althusser, a escola também representa um aparelho ideológico de Estado e, assim, com suas práticas de organização da rotina escolar e do currículo infiltram nas consciências dos sujeitos impondo modos de dizer e pensar as questões da sociedade. Apesar das escolas assumirem um discurso de transformação social e uma visão do sujeito enquanto um ator social, percebe-se no âmbito de suas práticas que se produz um assujeitamento simbólico que reproduz na formação dos sujeitos uma série de projeções convencionais sobre o sexo.

Nesse sentido, a organização em filas, das punições, da sexualização dos brinquedos e outras práticas exercem sobre as consciências os papéis de sexo calcado em gêneros. Acontece que esse alinhamento entre pensamento e sexualidade normativa é um processo que de acordo com Louro (2009) são reiteradas e repetidas em várias instâncias sociais, adquirindo consistência decorrente da sutileza e invisibilidade na maneira como são inseridas nas ações das instituições sociais.

A partir dos estudos de Bourdieu, Almeida (2002, p. 23) assinala que, apesar de a sociedade e da família esperarem das escolas uma possibilidade de ascensão social, o papel da escola se restringe em traduzir

num idioma propriamente escolar as desigualdades sociais por meio de operações de classificação que, apesar de expressas e vividas em termos meritocráticos (com base na igualdade de oportunidades), são de fato, operações de consagração das classificações sociais operatórias num momento dado.

Nesses parâmetros de pensamento, em sua obra *O mal-estar da civilização*, Bauman (1998, p. 180) recorrendo aos conceitos foucaultianos ressalta que "o sexo serviu à articulação dos novos – e modernos – mecanismos do poder e do controle social." Dessa forma, subverter o pensamento heteronormativo de sexualidade convida os estudiosos e pesquisadores a compreender as dificuldades de reconhecimento do sujeito homossexual em um cenário discursivo de confusão do reconhecimento com resquícius de tolerância.

Percebe-se nos discursos institucionais das escolas a existência de um enunciado baseado no reconhecimento das diferenças. No entanto, os

profissionais da escola se mostram limitados no trato com a violência e práticas de preconceitos relacionados aos sujeitos homossexuais.

Adquirindo materialidade na interdição dos discursos sobre sexualidade, Foucault (2013) aponta que a sociedade atua na formação discursiva das pessoas para que os enunciados pertencentes a este quadro discursivo excludente permaneça, constantemente, reiterado nas falas dos sujeitos.

Como uma instituição reprodutora das diferenças, a escola se exime de propor na formação dos alunos questões minoritárias voltadas para diminuição das formas de preconceitos e estigmas contra grupos minoritários. Relacionado a esta dificuldade, cabe ressaltar que esta barreira é determinada pelo discurso produzido pela sociedade de anti-naturalização da homossexualidade.

O discurso preconceituoso e hegemônico em torno da homossexualidade pode ser apreendido como o discurso que regula os comportamentos, ao mesmo tempo em que distribui papéis sociais, legitimando uma relação de poder sobre o imaginário social, guiando o corpo social no caminho de uma visão negativa sobre a homossexualidade.

Nestas práticas discursivas Pêcheux (1997, p. 190) analisa que os sujeitos produzem sentidos nos seus enunciados determinados "pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas". Diante disso, os sujeitos utilizam determinado discurso baseando-se na formação discursiva própria de sua inscrição no cenário ideológico e social, ou conforme nos aponta Fernandes (2008) na exterioridade da língua.

A escola, discurso e ideologia: o espaço da homossexualidade

O discurso da escola que compartilhamos nesse texto envolve aquelas ações vinculadas a um contexto sócio-histórico que produz e reproduz os discursos sociais em seu cotidiano. Fundamentando esta ideia, Louro (2008) em busca de uma política identitária para a Educação, aponta a impossibilidade de estancarmos questões próprias da homossexualidade, uma vez que as fronteiras entre os sujeitos são constantemente atravessadas, e diante disso

Não há como ignorar as 'novas' práticas, os 'novos' sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição imediatista e prática leva a perguntar: o que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer respostas; antes é preciso conhecer as condições que possibilitam a emergência desses sujeitos e dessas práticas. (LOURO, 2008, p. 29).

A partir desta análise, a autora afirma a necessidade de revisitação do papel da escola frente à padronização dos papéis de homem e mulher; contribuindo assim para uma compreensão de escola baseada no questionamento das diferenças, promovendo uma ação educativa contrária à formação discursiva tradicional e conservadora.

Entretanto, questionar o papel da escola não é uma tarefa fácil, na proporção que os discursos sociais ganham materialidade nas práticas discursiva, garantindo assim o controle e o disciplinamento dos corpos. Nesse sentido, Fiorin (2005) ressalta que um discurso não socializa apenas um conjunto de palavras que exprimem uma ideologia por meio da linguagem, mas reflete "uma categorização de mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social." A depreciação acerca da homossexualidade, segundo Fry e Macrae (1985, p.15) denota que

as várias categorias que surgiram para 'explicar' a homossexualidade, como aquelas que atribuem o desejo homossexual a certas constelações familiares, aquelas que apontam para fatores genéticos e hormonais e aqueles que propõem explicações religiosas serão examinadas em relação a outras teorias concomitantes a respeito da família e, porque não, da economia política.

Ainda, de acordo com Fry e Macrae (1985) tais explicações adquirem o caráter de meras expiações ideológicas. Tal produção de sentido é relevante, na medida em que nos proporciona compreender a filiação discursiva dos enunciados produzidos no decorrer do desenvolvimento das ideias e preconceitos a respeito da homossexualidade.

Apesar de o ambiente escolar ser considerado um cenário de transformação social e efetiva divulgação do conhecimento científico e pedagógico (CORACINI, 2003), percebe-se no âmbito de suas ações, uma prática discursiva conservadora que reproduz padrões, ora oferecendo, ora

cobrando atitudes culturais relevantes a uma convivência pacífica entre as pessoas, por meio da educação.

Partindo do pressuposto de que a escola oportuniza em suas ações a referência constante a modelos e padrões sociais, enfatizando nesta, práticas que cobram dos alunos atitudes ditas normais; reproduz, assim, os papéis de gênero, ditando o que é ou deixa de ser do gênero masculino e feminino. Sabendo disso, podemos concluir, recorrendo aos conceitos bakhtinianos que nestas ações a escola está organizando a atividade mental dos alunos para a reprodução das diferenças. (BAKHTIN, 2006).

Para Foucault (1988, p. 54) a sexualidade não consegue atenuar os discursos inibidores, visto que os mesmos atuam mais com o objetivo de multiplicar as sexualidades móveis e fragmentárias. Assim,

As instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres; porém, também indicam regiões de alta saturação sexual com espaços ou ritos privilegiados, como a sala de aula, o dormitório, a visita ou a consulta. Nelas são solicitadas e implantadas as formas de sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica.

Nesse emaranhado de locais de difusão do discurso do poder, Foucault (1988) considera que as sexualidades disparatadas, apesar de sua proliferação, as formas de poder concentradas na sua região, reduzem as sexualidades singulares, produzindo um poder alheio à visão das pessoas.

Dissonante a este pensamento de exclusão, Furlani (2009, p. 298) denuncia que a escola precisa se esvaír desta “suposta neutralidade política escolar”, considerando “o contexto educacional como campo não apenas de produção e reprodução das representações excludentes, mas também como local de contestação e resistência de grupos subordinados.”

A reprodução do discurso de anormalidade complacente à homossexualidade é continuamente depositado na consciência individual dos sujeitos, sendo que por meio dos procedimentos internos, mais precisamente pelo comentário, como nos chama à reflexão Foucault, os discursos são ditos e permanecem ainda por dizer, ou seja, a reiteração do discurso primeiro acontece porque “[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem

as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no **texto primeiro**". (FOUCAULT, 2013, p. 24, grifos do autor).

Dadas as expiações ideológicas frente à produção de sentidos depreciativos sobre a homossexualidade, dita-se nas escolas, sob a legitimação do discurso de anormalidade, assim como "uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer", formando nesse cenário, a consciência dos estudantes. (FIORIN, 2005, p. 32).

Na organização da rotina escolar, ou na ação pedagógica, o discurso de um reconhecimento da homossexualidade enquanto fator de construção social permeia as falas da escola, no entanto, apesar da contrariedade do determinismo biológico, percebe-se a afirmação de um discurso de aceitação e tolerância, como se a homossexualidade passasse pela dimensão do assujeitamento, ou seja, que a população homossexual cresce e necessita de um espaço na sociedade, independente se for banalizado ou não.

De acordo com tal análise, o discurso de assujeitamento, mesmo produzindo uma palavra que abarca uma série de sentidos de reconhecimento, pode detectar as manifestações ideológicas depreciativas da homossexualidade, cujas consequências impõem problemas no autoreconhecimento, imperando, de certo modo a introjeção do preconceito.

Esse discurso hegemônico caracteriza-se por Nascimento (1998, p. 115) como "um hífen [professor-homossexual, vendedor-homossexual, filho homossexual]" à maneira que supõe a seguinte fração [...] $F(S) = x-h$, onde se lê a função de um sujeito $\{F(S)\}$ é definida por qualquer atributo ou representação do eu (x) que estará colada ao discurso hegemônico sobre a homossexualidade.

Nesta perspectiva, constantemente os discursos são controlados e modelados a fim de produzir os sentidos negativos sobre a homossexualidade, atuando principalmente na desvalorização da presença desses sujeitos, o que pode ser notado na ausência de reconhecimento da sociedade, compensando perdas históricas de seu espaço; o que pode ser considerando um discurso de tolerância e aceitação.

No âmbito das escolas percebe-se a banalização da existência desses sujeitos, criando uma visão ilusória de inclusão no cenário de exclusão. Para subverter esta conjuntura excludente, Junqueira (2009) aponta que é preciso combater os parâmetros ideológicos, sobretudo a hegemonia das relações de poder.

A construção de uma cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de enfrentamento da homofobia nas escolas também dependerá, em grande medida, das distintas compreensões do papel da educação e dos possíveis significados que envolvem a educação para a diversidade. Caberia refletirmos mais detidamente sobre os caminhos que essa educação poderia implicar: a construção de uma cultura de reconhecimento radical, ético, emancipatório e insurgente da pluralidade e da multiplicidade das manifestações humanas, das quais a diversidade sexual é autêntica expressão. (JUNQUEIRA, 2009, p. 167).

Pelo exposto, para a construção de uma prática de reconhecimento das diferenças paira, não tão somente, nos discursos de uma suposta inclusão, mas além de tudo envolve uma prática pedagógica engajada numa sociedade que cria mecanismos, por meio da educação, de formar os estudantes para seguir, projetar, pensar e fazer por meio de padrões, o que nos rumos que a escola vem tomando permanece longe de promover uma cultura radical de diversidade no ambiente escolar.

Considerações Finais

Nos estudos de Foucault, afirma-se a construção social e cultural dos papéis de gênero, criando sobre a homossexualidade o estatuto de perversão que foge ao controle a disciplinamento, sendo que as instituições sociais são responsáveis por divulgar o discurso de normalidade por meio da heteronormatização dos objetos existentes na sociedade.

Nesse sentido, a educação, por séculos, construiu um papel sexista, quando em algumas conjunturas sociais se tinham escolas para meninos e outras para meninas. Ainda que hoje a nossa sociedade prime pela interação entre os gêneros, percebe-se que ficaram resquícios de uma formação que enfatiza diferenças e demarca fronteiras entre o masculino e o feminino, presentes nas mais variadas interações sociais.

Não obstante, a escola utiliza de um discurso de reconhecimento das diferenças fazendo crer que no seu contexto todos convivem e conseguem interagir com as diferenças, no entanto, se fizéssemos uma perscrução sobre documentos escolares, como atas, registros de professores, reuniões de pais, entre outros, evidenciaríamos as dificuldades que escolas tem de efetivar esse discurso de reconhecimento.

Trouxemos por meio da língua e do discurso uma compreensão da criação de discursos acerca do sujeito homossexual, construção muitas vezes turva, que em muito dificulta um processo de produção dos sentidos sobre a homossexualidade. Como vimos, o discurso se responsabiliza pela formação ideológica dos sujeitos - se em muitos casos evidencia-se a dificuldades em compreender a homossexualidade, atribuímos tal dificuldade à permanência do conservadorismo.

Agindo na manutenção de discursos arraigados, afirmam-se as diferenças no contexto escolar, ao passo que se evidencia que a escola utiliza de um discurso de reconhecimento das diferenças, porém oferece aos seus alunos uma formação conservadora e desprovida de reconhecimento dos sujeitos diversos, ora apagando incêndios, ora banalizando a diversidade presente em seu contexto.

Para finalizar, Butler (2010) ressalta que os sujeitos se relacionam com o mundo cultural, a partir da projeção do seu papel ativo de gênero, sendo que os corpos se inscrevem em uma lei cultural. Com base nesta ideia, os sujeitos são constituídos pela linguagem e pelo discurso, o que nos chama a atenção para o fato de que o discurso sobre a homossexualidade está deteriorado, necessitando, em ambiente escolar, de uma intervenção urgente para evitar o aumento da discriminação e do preconceito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F. *Notas sobre a sociologia do poder: a linguagem e o sistema de ensino. Horizontes (EDUSF)*, Bragança Paulista, v. 20, p. 15-30, 2002.

AMARAL, A. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, SP: Summus Editorial, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo, SP: EDUC, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010.

CORACINI, Maria José R. Faria. As representações do saber científico na constituição da identidade do sujeito-professor e do discurso de sala de aula. In: CORACINI, Maria José. *Identidade & Discurso: (des) construindo subjetividades*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

FERNANDES, Claudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo, SP: Ática, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1988.

_____. *A Ordem do discurso*. 23. ed. São Paulo, RJ: Edições Loyola, 2013.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O Que é Homossexualidade?* São Paulo, SP: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

FURLANI, Jimena. Direitos Humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. IN: LIONÇO, Tatiana . *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, UNESCO, 2009.

NASCIMENTO, Júlio César. Entrevista com um vampiro. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 1, n. 1. Mar/1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: EDUCAMP, 1997.

PETER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. *Introdução à linguística*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

PINHEIRO, L. S. Concepções de língua: uma breve análise. *Travessias (UNIOESTE. Online)*, v. 5, p. 280-290, 2011.

SOUZA FILHO, A. Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: Rogério Diniz Junqueira. (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009, v. 32, p. 95-123.